

 Item Descrição		Eixos Associados	Normas Aplicáveis	Sugestões de Ações Corretivas	Identificação de Gaps Normativos
1	Infraestrutura viária insuficiente e falta de dispositivos modernos de controle de tráfego.	Gerenciamento Urbano, Segurança, Fiscalização, Inovação.	Plano Diretor - Definição do Perímetro Urbano; Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); Lei nº 12.587/2012.	Implementar dispositivos modernos de sinalização inteligente nas vias urbanas.	Necessidade de criação de uma lei municipal específica para implementação de tecnologias de trânsito inteligente.
2	Baixa fiscalização de trânsito nas vias urbanas.	Fiscalização, Segurança	Código de Trânsito Brasileiro.	Estabelecer programas de monitoramento contínuo por câmeras e sensores viários.	Falta de regulamentação específica sobre a fiscalização automatizada do trânsito.
3	Sinalização precária e desatualizada.	Segurança, Inovação	Normas municipais de trânsito.	Revisar o plano de mobilidade urbana local para incluir dispositivos de segurança.	Defasagem nas normas municipais sobre padronização de sinalização.
4	Falta de faixas exclusivas para transporte público e ciclistas.	Mobilidade Urbana, Segurança	Lei nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana).	Criar faixas prioritárias para ônibus e ciclistas em vias estratégicas.	Falta de regulamentação municipal sobre implementação de ciclovias e faixas exclusivas.
5	Iluminação pública deficiente em vias críticas.	Segurança, Infraestrutura	Código de Posturas Municipais.	Melhorar a iluminação pública em áreas de risco viário.	Inexistência de uma política pública para iluminação viária eficiente.
6	Crescente número de acidentes em cruzamentos sem semáforos.	Segurança, Gerenciamento Urbano	Código de Trânsito Brasileiro.	Implantação de semáforos inteligentes nos principais cruzamentos.	Falta de um plano municipal para instalação de semáforos modernos.
7	Falta de fiscalização para controle de velocidade em áreas urbanas.	Segurança, Fiscalização	Código de Trânsito Brasileiro.	Instalação de radares eletrônicos e lombadas inteligentes.	Necessidade de regulamentação para controle eletrônico de velocidade em áreas residenciais.
8	Mobilidade prejudicada devido ao congestionamento urbano.	Mobilidade Urbana, Inovação	Lei nº 12.587/2012.	Criar planos de mobilidade integrada para reduzir congestionamentos.	Falta de políticas municipais para gestão da demanda de tráfego.
9	Pouca educação no trânsito para motoristas e pedestres.	Educação, Segurança	Código de Trânsito Brasileiro.	Implementar campanhas educativas periódicas sobre segurança no trânsito.	Ausência de diretrizes normativas para programas permanentes de conscientização no trânsito.
10	Falta de estudos técnicos para avaliar pontos críticos de acidentes.	Inovação, Fiscalização	Normas municipais de planejamento urbano.	Desenvolver estudos técnicos para identificar os locais de maior risco de acidentes.	Carência de regulamentação sobre a obrigatoriedade de estudos técnicos em áreas de risco viário.
11	Zoneamento industrial inadequado e desatualizado.	Gerenciamento Urbano, Fiscalização, Economia.	Normas municipais de zoneamento industrial.	Revisar e atualizar as normas de zoneamento industrial.	Necessidade de revisão das normas municipais sobre o uso do solo industrial.
12	Falta de incentivos fiscais para atração de empresas industriais.	Economia, Planejamento Urbano	Lei de Incentivos Fiscais Municipais.	Criar incentivos fiscais para empresas do setor industrial.	Ausência de uma política específica de incentivos para o setor industrial.
13	Presença de atividades comerciais e residenciais dentro da área industrial.	Zoneamento, Fiscalização	Normas estaduais sobre áreas industriais.	Estabelecer mecanismos de fiscalização periódica.	Necessidade de regulamentação mais rígida para ocupação de áreas industriais.
14	Infraestrutura insuficiente para suporte ao setor industrial.	Infraestrutura, Economia	Plano Diretor – Áreas Industriais.	Implementar melhorias na infraestrutura de transporte e energia nas áreas industriais.	Falta de um plano de desenvolvimento para modernização da infraestrutura industrial.
15	Baixa fiscalização das atividades industriais.	Fiscalização, Meio Ambiente	Código Ambiental Municipal.	Criar uma força-tarefa para fiscalização contínua das indústrias.	Falta de regulamentação sobre auditorias ambientais nas áreas industriais.
16	Falta de mão de obra especializada para o setor industrial.	Educação, Economia	Lei de Qualificação Profissional.	Criar programas de capacitação técnica voltados para a indústria.	Inexistência de um plano de qualificação profissional para atender às demandas do setor industrial.
17	Indústrias operando fora dos padrões ambientais.	Meio Ambiente, Fiscalização	Código Ambiental Municipal.	Criar um programa de licenciamento ambiental mais rigoroso.	Necessidade de atualização das normas ambientais para indústrias locais.
18	Baixo aproveitamento de terrenos industriais disponíveis.	Planejamento Urbano, Economia	Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).	Implementar instrumentos como o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória (PEUC).	Falta de aplicação dos instrumentos urbanísticos para evitar ociosidade de terrenos.
19	Falta de infraestrutura viária adequada para transporte de cargas.	Mobilidade Urbana, Economia	Normas municipais de infraestrutura viária.	Desenvolver um plano de transporte e logística para o setor industrial.	Falta de regulamentação específica para criação de vias exclusivas para transporte de carga.
20	Falta de planejamento integrado entre indústria e meio ambiente.	Meio Ambiente, Planejamento Urbano	Código Ambiental Municipal.	Criar um plano de desenvolvimento sustentável para as áreas industriais.	Necessidade de regulamentação que integre crescimento industrial e preservação ambiental.
21	Falta de integração entre normas municipais, estaduais e federais.	Gerenciamento Urbano, Fiscalização, Inovação.	Plano Diretor - Harmonização de instrumentos no perímetro urbano; Normas locais de planejamento urbano; Diretrizes estaduais de zoneamento.	Estabelecer uma comissão técnica para revisar e harmonizar as normas urbanísticas entre os diferentes níveis de governo.	Revisão das normas municipais para adequação às diretrizes estaduais e federais.
22	Normas urbanísticas desatualizadas e conflitantes.	Gerenciamento Urbano, Fiscalização	Código de Obras Municipais; Estatuto da Cidade.	Integrar o sistema de fiscalização com plataformas digitais para identificar conflitos normativos.	Falta de um banco de dados digital para consulta integrada de normas urbanísticas.

 Item Descrição		Eixos Associados	Normas Aplicáveis	Sugestões de Ações Corretivas	Identificação de Gaps Normativos
23	Baixa participação da sociedade civil na revisão das normas urbanas.	Gestão Participativa, Fiscalização	Lei Orgânica Municipal; Normas de participação popular.	Criar um conselho técnico com participação da população para discutir as revisões normativas.	Ausência de regulamentação específica para mecanismos de participação popular na revisão de normas urbanas.
24	Inexistência de um sistema digital acessível para consulta de leis urbanísticas.	Inovação, Gerenciamento Urbano	Normas municipais de transparência pública.	Desenvolver um portal eletrônico com todas as normas urbanísticas atualizadas e organizadas.	Falta de regulamentação municipal para digitalização e acessibilidade das leis urbanísticas.
25	Pouca fiscalização para garantir o cumprimento das normas urbanas.	Fiscalização, Inovação	Código de Fiscalização Municipal.	Implementar um sistema integrado de denúncia e fiscalização digital.	Falta de regulamentação específica para fiscalização digital das normas urbanísticas.
26	Falta de clareza na aplicação dos instrumentos urbanísticos.	Gerenciamento Urbano, Fiscalização	Estatuto da Cidade; Plano Diretor.	Criar manuais técnicos e capacitação para gestores públicos sobre a correta aplicação dos instrumentos urbanísticos.	Falta de normatização detalhada sobre os instrumentos de planejamento urbano.
27	Normas ambientais e urbanísticas não estão alinhadas.	Meio Ambiente, Planejamento Urbano	Código Florestal; Estatuto da Cidade.	Desenvolver regulamentação integrada que una diretrizes ambientais e urbanísticas.	Necessidade de atualização das normas para compatibilização entre planejamento urbano e ambiental.
28	Desatualização do Plano Diretor em relação às demandas urbanas atuais.	Gerenciamento Urbano, Planejamento	Estatuto da Cidade; Plano Diretor.	Criar um programa de revisão periódica do Plano Diretor com critérios técnicos claros.	Falta de regulamentação que defina prazos e metodologias para atualização periódica do Plano Diretor.
29	Falta de um planejamento estratégico de longo prazo para o crescimento urbano.	Planejamento Urbano, Inovação	Estatuto da Cidade; Lei de Zoneamento.	Desenvolver um Plano Estratégico Urbano com visão de longo prazo para Juína.	Necessidade de regulamentação para garantir continuidade das políticas urbanas a longo prazo.
30	Baixa transparência nos processos de revisão e atualização das normas urbanísticas.	Governança, Gestão Participativa	Lei de Acesso à Informação; Normas Municipais de Planejamento.	Criar audiências públicas periódicas para prestação de contas sobre mudanças normativas.	Falta de regulamentação específica para garantir a transparência na revisão das normas urbanísticas.
31	Planejamento ambiental insuficiente e falta de regulamentações específicas.	Meio Ambiente, Fiscalização.	Plano Diretor - Instrumentos de preservação dentro do perímetro urbano; Código Florestal (Lei nº 12.651/2012); Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais).	Implementar planos de prevenção de riscos ambientais em áreas prioritárias.	Necessidade de criar leis municipais específicas para riscos ambientais urbanos.
32	Falta de fiscalização em áreas de preservação ambiental dentro do perímetro urbano.	Meio Ambiente, Fiscalização.	Código Florestal; Estatuto da Cidade.	Criar um sistema digital de monitoramento e denúncias ambientais.	Ausência de regulamentação específica para fiscalização contínua de áreas verdes urbanas.
33	Falta de ações para mitigação dos impactos ambientais em áreas de expansão urbana.	Planejamento Urbano, Meio Ambiente.	Normas Municipais de Zoneamento; Lei nº 12.651/2012.	Implementar estratégias de compensação ambiental obrigatória para novas construções.	Falta de normatização sobre compensação ambiental para empreendimentos urbanos.
34	Baixa participação da sociedade na preservação ambiental.	Educação Ambiental, Gestão Participativa.	Lei de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999).	Criar campanhas educativas permanentes sobre conservação ambiental urbana.	Necessidade de regulamentação para programas contínuos de educação ambiental.
35	Falta de regulamentação para descarte adequado de resíduos sólidos.	Meio Ambiente, Saúde Pública.	Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).	Criar planos de gestão de resíduos sólidos alinhados ao desenvolvimento sustentável.	Falta de normatização municipal específica sobre coleta seletiva e reciclagem.
36	Crescimento urbano em áreas sujeitas a enchentes e deslizamentos.	Planejamento Urbano, Meio Ambiente.	Estatuto da Cidade; Código Florestal.	Implementar mapeamento de áreas de risco e controle da ocupação irregular.	Falta de regulamentação detalhada para ocupação em áreas de risco.
37	Falta de incentivo para construções sustentáveis.	Meio Ambiente, Inovação.	Normas Municipais de Construção Civil; Código Florestal.	Criar incentivos fiscais para empreendimentos que adotem práticas sustentáveis.	Inexistência de política pública municipal para incentivo à construção sustentável.
38	Pouca infraestrutura para a drenagem urbana e prevenção de enchentes.	Infraestrutura, Meio Ambiente.	Estatuto da Cidade; Código de Obras.	Implementar planos de drenagem urbana e recuperação de áreas de risco.	Falta de regulamentação municipal para drenagem urbana sustentável.
39	Falta de regulamentação para recuperação de áreas degradadas.	Meio Ambiente, Planejamento Urbano.	Código Florestal; Normas Municipais de Preservação.	Criar programas de reabilitação ambiental para áreas urbanas degradadas.	Falta de normatização para incentivos na recuperação ambiental urbana.
40	Baixo investimento em pesquisa e inovação ambiental.	Inovação, Meio Ambiente.	Lei de Inovação Tecnológica; Normas Municipais de Pesquisa.	Estabelecer parcerias com universidades para pesquisa em sustentabilidade urbana.	Falta de regulamentação municipal para fomento à inovação ambiental.

 Item Descrição		Eixos Associados	Normas Aplicáveis	Sugestões de Ações Corretivas	Identificação de Gaps Normativos
41	Planejamento urbano inadequado e ausência de estudos técnicos prévios.	Gerenciamento Urbano, Meio Ambiente, Fiscalização.	Plano Diretor - Definição do perímetro urbano e áreas de risco; Lei nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano).	Realizar levantamentos técnicos para avaliar os riscos associados às áreas de topografia acentuada.	Necessidade de regulamentação específica para ocupação em áreas de risco.
42	Ocupação irregular de terrenos em áreas inclinadas.	Fiscalização, Planejamento Urbano.	Estatuto da Cidade; Código de Obras Municipais.	Criar mecanismos de fiscalização para evitar novas ocupações irregulares.	Falta de diretrizes municipais para a ocupação de áreas de declive acentuado.
43	Falta de infraestrutura viária adequada em áreas de topografia acentuada.	Mobilidade Urbana, Infraestrutura.	Código de Obras Municipais.	Implementar programas de readequação urbanística e melhoria da acessibilidade.	Falta de normas para adaptação viária em locais de difícil acesso.
44	Erosão e deslizamentos em regiões mal planejadas.	Meio Ambiente, Fiscalização.	Código Florestal; Estatuto da Cidade.	Criar projetos de estabilização do solo e reflorestamento urbano.	Falta de políticas municipais para prevenção de erosão em áreas urbanizadas.
45	Dificuldade de acesso a serviços básicos devido à localização.	Planejamento Urbano, Infraestrutura.	Normas Municipais de Urbanização.	Desenvolver políticas de incentivo à infraestrutura nessas áreas.	Falta de regulamentação sobre infraestrutura obrigatória em áreas inclinadas.
46	Construções sem critérios técnicos de segurança.	Fiscalização, Planejamento Urbano.	Código de Obras Municipais.	Implementar inspeções periódicas e exigência de laudos geotécnicos.	Falta de normas detalhadas para construção segura em regiões de declive.
47	Falta de drenagem pluvial eficiente, causando enchentes.	Meio Ambiente, Infraestrutura.	Estatuto da Cidade; Código de Drenagem Urbana.	Criar planos de drenagem específicos para áreas acidentadas.	Falta de regulamentação sobre drenagem urbana em terrenos inclinados.
48	Elevado custo de urbanização devido às condições do terreno.	Economia, Planejamento Urbano.	Estatuto da Cidade.	Buscar parcerias público- privadas para infraestrutura urbana.	Falta de políticas de incentivo para ocupação ordenada dessas áreas.
49	Falta de regulamentação sobre recuos e altura de construções nessas áreas.	Gerenciamento Urbano, Fiscalização.	Código de Obras Municipais.	Atualizar as normas de zoneamento para adaptação a terrenos inclinados.	Defasagem nas normas sobre construções em áreas de topografia acentuada.
50	Risco de isolamento de comunidades em áreas de difícil acesso.	Mobilidade Urbana, Segurança.	Normas Municipais de Transporte.	Criar alternativas de transporte público e acessibilidade para esses bairros.	Falta de planejamento específico para mobilidade em áreas isoladas.
51	Infraestrutura de saneamento inadequada para a demanda urbana.	Saúde, Gerenciamento Urbano, Meio Ambiente.	Lei nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico); Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco do Saneamento).	Implementar melhorias na rede de esgotamento sanitário e sistemas de tratamento.	Criação de leis municipais específicas para o monitoramento e melhoria da infraestrutura de esgoto.
52	Falta de investimentos na ampliação da rede de esgoto.	Economia, Infraestrutura.	Estatuto da Cidade.	Estabelecer parcerias público- privadas para investimentos no setor.	Falta de regulamentação para parcerias público-privadas em saneamento.
53	Baixo índice de tratamento de efluentes urbanos.	Meio Ambiente, Saúde Pública.	Código Ambiental Municipal.	Expandir e modernizar estações de tratamento de esgoto.	Necessidade de regulamentação para aumentar a taxa de tratamento de efluentes.
54	Uso excessivo de fossas sépticas inadequadas.	Saúde, Planejamento Urbano.	Código Sanitário Municipal.	Criar programas de substituição de fossas por sistemas de esgoto adequados.	Falta de normatização sobre uso de fossas sépticas em áreas urbanas.
55	Poluição de rios e córregos devido ao despejo irregular de esgoto.	Meio Ambiente, Fiscalização.	Código Florestal; Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais).	Implementar fiscalização mais rígida e penalidades para despejo irregular.	Falta de um programa de controle e recuperação ambiental das áreas poluídas.
56	Falta de fiscalização sobre ligações clandestinas de esgoto.	Fiscalização, Infraestrutura.	Normas Municipais de Fiscalização Urbana.	Criar sistemas de monitoramento eletrônico para identificar irregularidades.	Ausência de regulamentação para combater fraudes no sistema de esgoto.
57	Falta de incentivos para implementação de tecnologias sustentáveis no saneamento.	Inovação, Meio Ambiente.	Estatuto da Cidade; Política Nacional de Saneamento Básico.	Criar incentivos fiscais para empreendimentos que utilizem sistemas sustentáveis de esgoto.	Falta de regulamentação sobre incentivos para soluções inovadoras em saneamento.
58	Desigualdade no acesso à infraestrutura de saneamento entre bairros centrais e periféricos.	Saúde, Infraestrutura, Planejamento Urbano.	Lei nº 11.445/2007.	Criar um plano de investimento prioritário nas áreas carentes.	Falta de regulamentação sobre equidade no acesso ao saneamento básico.
59	Carência de campanhas de conscientização sobre o uso correto do sistema de esgoto.	Educação Ambiental, Saúde.	Lei de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999).	Implementar programas de educação ambiental sobre uso e preservação do sistema de esgoto.	Falta de regulamentação para campanhas permanentes de conscientização sanitária.
60	Necessidade de regulação sobre uso de águas residuais tratadas para reuso sustentável.	Meio Ambiente, Inovação.	Código Ambiental Municipal.	Criar normas para aproveitamento sustentável de águas residuais tratadas.	Falta de regulamentação sobre reaproveitamento de efluentes tratados.